

**Autonomias locais e “recentralização”:
Para descentralizar a análise de poder**

Túlio de Souza Muniz
2011

Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global
Centro de Estudos Sociais/ Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra

Este ensaioⁱ vai aprofundar uma reflexão sobre o exercício de poderes locais numa relação direta com o poder “central” com base na experiência na comunidade de famílias de pescadores artesanais de Redonda, no Ceará, Nordeste do Brasil, para tentar compreender como se dá o movimento alternâncias, avanços e recuos da descentralização e da recentralização na relação entre poderes.

O intuito é também de compreender o papel do intelectual (do “tradutor”) na relação com o seu objeto de estudo, que exige uma postura interativa mais do que interpretativa, um envolvimento com a(s) experiência(s) de vida(s), para assim ajudar a tecer uma rede de saberes acerca dos recursos locais, identificar parceiros e potencialidades para solução dos problemas abordados, transitando do saber formal para o saber prático.

Para abordar esse estudo de caso, o ensaio parte de uma reflexão sobre poder, central e local, seguindo o que Foucault(2005) anunciava em “Em Defesa da Sociedade”:

O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles (...). O indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu (Foucault, 2005: 35).

Especificamente ao que aqui interessa - relação de poder circunscrita (ou não) na esfera do Estado, do “centro”, e do “local” -, é importante concordar com Foucault:

Se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo - como se começa a conhecer - e também a nível do saber”.(...) Uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, quotidiano, não forem modificados (Foucault, idem).

Foucault também é referência importante - aqui e em outros momentos deste texto - para que se compreenda que “saber é poder”ⁱⁱ, ou seja, que o poder é constituído *também e partir de* construções narrativas e de discursos dominantes. Justifica-se assim a crítica que Lazarus (2005) faz a Mudimbe. Ao menosprezar a importância da “biblioteca colonial” enquanto referência para o colonizado, que pode se utilizar dela para se contrapor ao discurso dominante, Mudimbe limita a ação de resistência e de combate do *subalterno*. Afinal, apropriar-se da língua e do discurso do

colonizador, do poder central, pode ser uma estratégia do *subalterno* na construção de alternativas existenciais e políticas. A questão é entender até que ponto a resposta dada pelo *subalterno* será válida enquanto construção contra-hegemônica, não se repetindo como mera reprodução do poder dominante.

A crítica de Lazarus a Mudimbe, embora seja elaborada dentro de um contexto de submissão de um povo a outro, embora seja uma conclusão “geral”, pode remeter a uma outra questão, “minoritária”, “local”, para se perguntar, como Sfez (1975): Por que uma reflexão sobre o objeto local hoje? Sfez demonstra como a confrontação de discursos centrais (“de fora”) com discursos locais nem sempre constitui uma cacofonia, um diálogo dissonante, podendo vir a ser um a repetição do outro, mudando-se os termos mas não os sentidos. Essa repetição do mesmo leva também a equívocos de análises, desconsiderando que apropriar-se do poder não é o mesmo que apropriar-se da linguagem do poder, o mesmo que libertar-se do discurso do opressor ou que elaborar um discurso outro, pelo qual a diferença se reafirme enquanto tal para se contrapor à postura hegemônica do poder central.

Nem sempre o “representado” - o “povo” - tem suas necessidades reais contempladas pelo “representante”, a partir do momento em que este não traduz mais a linguagem daquele. É quando abre-se o abismo entre ambas as partes porque o “representante” distancia-se do discurso “original” dos representados e abdica de continuar propagando-o diante do discurso do poder central. Dá-se assim o enlace entre o poder central hegemônico e o poder de líderes locais, que adequam seus próprios interesses ao discurso do centro em detrimento do bem comum e coletivo, silenciando novamente o *subalterno*. Em tais contextos, a “descentralização” do poder é apenas aparente, é uma “recentralização” onde a defesa do local é uma farsa, e possibilita a perpetuação do poder central (Sfez, *idem*).

Tais constatações, porém, não se constituem em becos sem saída. É dessa reprodução do discurso do centro e das elites locais “recentralizadas” que emerge o coro dos descontentes, com reivindicações supostamente silenciadas. Afinal, as lideranças locais, ainda que reproduzam as normas e determinações sobrepostas, encontram-se num território diferente daquele do poder central, estão numa relação de proximidade com os representados onde não é possível deixar de ouvir suas vozes, seus gritos, por mais que sejam sufocados ou sussurrantes. Estando ao alcance da voz, os reprodutores locais do poder central deixam de ser “anônimos” e inatingíveis. Os *subalternos*, apropriando-se da linguagem adequada e de seus meios de expressão para se contrapor ao poder dominante, terão maiores possibilidades de articular um

discurso-outro, de impor uma nova cartografia territorial, de elaborar um projeto coletivo.

Reconfigura-se assim um campo de relação que Daniel Francisco (2007) chama de “cenários territoriais”, “espaços infra-nacionais”, onde é alargada a abordagem sobre o que é visto apenas como relação “dominador x dominado”. Sfez aponta para mobilidade e transversalidade do “local”, que é intercambiável com outros campos e experiências, e Daniel Francisco atenta para a importância de “produção de territórios coletivos”, onde discursos dissensuais e diferenças emergem e se fazem ouvir e se degladiam para construção do consenso. Nesse plano, o Estado (o “centro”, incapaz de dar resposta que correspondam aos anseios silenciados) será legado um papel-outro, o de “parceiro”, oposto ao de produtor de normas hierarquizantes.

Esse movimento, porém, não exclui o risco de “recentralização”. Por mais que as relações passem a um nível “horizontal, cooperantes e consensuais”, a dissolução do Estado e a diversificação de interesses públicos e privados “condicionam as opções públicas, num cenário onde a fragmentação e o individualismo dos intervenientes, em permanente atitude de ‘sócios-rivais’, imperam” (Francisco, 2007: 180). É neste cenário se dá a “recentralização”: interesses múltiplos se chocam e, sem a presença do Estado, não conseguem elaborar um projeto de aliança que leve a uma governação coerente com as necessidades e anseios diferenciados mas co-existentes. Assim os discursos, quanto mais se afastam nas aparências, mais se aproximam na essência, pois abdicam do controle do Estado em vez de apropriar-se dele. Este se impõe novamente, transmutado em “descentralização”, fomentando relações de poder que reforçam velhas elites e hierarquias locais. Mas esse movimento “recentralizador” é também “relocalizador”, onde não foram de todo eliminadas as manifestações minoritárias, dos diversos “actores coletivos” que outrora emergiram sem se impor. Elas podem igualmente reconfigurar-se, tecendo novas ligações e “alianças” que elaboram um “tipo ideal de projeto de território” associado à governação que enfim possibilite o encontro de múltiplas linguagens e discursos para novamente se contrapor (e se possível, suplantar) o discurso hegemónico do centro.

Tal aliança:

implica assim, pela parte das figuras do terreno, a capacidade de obter recursos, partilhar ideias e elaborar consensos para trabalhar em conjunto. Contribui para debater em que medida cada cidade ou região encontra nas suas entidades e figuras representativas meios e vontades [...] para assumir colectivamente projetos modernizadores. [...] A ideia é a de que será de ‘fóruns deliberativos’ nos territórios que poderão emergir, cada vez mais, as regras para enquadramento dos agentes e intervenções no terreno, criando-se hábitos de trabalho em conjunto que desaguarão na formulação de acordos válidos para o desenvolvimento e a resolução de problemas em cada contexto territorial. [...] Na verdade interesses e identidades não são

imutáveis. [...] Nos territórios há condições para erigir quadros de ajustamento de identidades e interesses concorrenciais [...] onde o poder do estado se resume, quando muito, à convocação dos actores (Francisco, 2007: 182-183).

Expostas tais considerações, é possível agora focar no estudo de caso específico da história local proposto no início deste ensaio: moradores da praia de Redonda, em Icapuí, Ceará, Brasil, que vive contextos sociais imbricados em diferentes temporalidades, onde saberes ancestrais advindos da pesca artesanal convivem com técnicas modernas e modalidades capitalistas próprias da indústria da pesca. Porém, prevalecem as relações sócio-políticas determinadas por sistemas típicos das sociedades institucionalizadas. Deve ser encarada, portanto, como sociedade onde as normas não são definidas pela tradição ou pelas relações étnicas, e não pode ser abordada como as “sociedades sem estado” analisadas por Pierre Clastres (2007).

Com o fim da ditadura militar no Brasil, expandiu-se o modelo “descentralizador” das chamadas “democracias participativas”, que esboçava-se desde o início da década de 1980 e ganha corpo com o fim do regime totalitário e a ascensão de partidos de centro-esquerda ao poder nos municípios e estados. Um desses municípios foi Icapuí, criado em 1985, desmembrado de seu vizinho, Aracati. Foi eleito como primeiro prefeito José Airton Cirilo, pelo PMDB, hoje um partido de centro-direita. Três anos depois, antes de finalizar seu mandato, Cirilo migrou para o então emergente Partido dos Trabalhadores (PT), hoje configurado como partido de centro-esquerda.

Icapuí vivia então um momento efervescente, onde o poder central (a prefeitura) implantou e estimulou fóruns comunitários para discutir os mais variados aspectos administrativos. Dividido em 32 pequenos núcleos populacionais, sobressaiu a importância do segundo maior deles, o de Redonda (o maior núcleo é o da sede administrativa, Icapuí), que detinha (e detém) cerca de 25% da população e do eleitorado, contando, em 1988, com representação de um dos nove vereadores na Câmara Municipal.

Como boa parte do litoral cearense, a economia de Icapuí gira em torno da pesca de lagosta. E, sobretudo em localidades como a Redonda, onde praticamente todos os habitantes dependem direta ou indiretamente da pesca da lagosta e convivem com os benefícios e os problemas decorrentes de seu trabalho, estabeleceram-se novas e singulares relações econômicas, relações de poder e de gestão dos problemas locais descentralizadas do poder institucional.

No campo econômico, as famílias se organizam como pequenas empresas, onde vários irmãos pescam sob os auspícios de um patriarca que não tem mais condições (ou mesmo necessidade) de ir ao mar, sendo este o responsável pela remuneração,

armazenamento e escoamento do resultado do trabalho daqueles. As famílias gerem suas próprias economias e intercambiam o saldo de sua produção. O incremento monetário fortalece a economia e o comércio local - multiplicam-se os pontos de venda de gêneros alimentícios, acelera-se a chegada de bens de consumo antes inalcançáveis (eletrodomésticos, motocicletas, antenas parabólicas).

Manteve-se, contudo, a carência de serviços básicos ainda sob controle do Estado, ao mesmo tempo que impõem-se alguns ritmos de trabalho típicos da sociedade urbanas. Mas essa temporalidade tradicional seria alterada profundamente por um problema comum enfrentado pela população pescadora desde os anos de 1970, que será marcante na reorganização institucional da Redonda e na recentralização do poder: a pesca ilegal de mergulho, em que a lagosta capturada em armadilhas submersas usadas pela pesca legal é roubada pelos mergulhadores.

Os conflitos na Redonda são emblemáticosⁱⁱⁱ. Os habitantes passaram a ser referência na organização comunitária no combate à pesca predatória. É também a partir da organização contra a pesca ilegal que se deu um movimento de recentralização, via institucionalização do poder local em torno da Associação de Moradores, de um “tribunal local” e da adesão de famílias rivais a partidos políticos, inserção essa que passou a definir os contornos do conflitos locais, antes calcados mais na tradição do que na institucionalização.

A Associação de Moradores, controlada majoritariamente por grupos familiares e políticos ligados ao partido controlador da Prefeitura, o PT, passou a tomar as principais decisões da vila, fossem as voltadas para a gestão territorial, fossem as voltadas para o ordenamento da pesca (controle de fluxo das embarcações locais, quase monopólio do fornecimento de gelo e da comercialização externa, estabelecimento do “tribunal popular” para julgar contendas entre pescadores).

A hegemonia imposta pelas famílias aliadas em torno do partido majoritário não dissimulou discordâncias locais, que se manifestaram através do principal partido de oposição ao PT no município, o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira, de centro-direita). Os descontentamentos surgiram sobretudo diante de decisões contraditórias da Associação de Moradores. Esta, embora sustentasse um discurso de “desenvolvimento e representação igualitária”, centralizava a captação e redistribuição de recursos financeiros externos para fomentar a pesca local. Também limitava a autogestão familiar sobre terrenos e casas, com o argumento de que haveria o conseqüente desalojamento de famílias pela especulação imobiliária provocada pela incipiente indústria do turismo, o que era contradito pela permissão

dada a aliados políticos externos da mesma Associação para que adquirissem moradias na vila.

A Associação deteve o poder institucional local até 2002, quando o PT, depois de 15 anos no poder, perdeu a Prefeitura para seu maior rival, o PSDB, no que o eleitorado da Redonda foi decisivo: pela primeira vez, o PT não teve a maioria dos votos na comunidade. Enfraquecidos, os grupos familiares que até então eram hegemônicos na associação se viram obrigados a dividir o poder institucional local e conviver com a perda de espaço no território político, geográfico e econômico. Um vereador do PSDB foi eleito, com mais votos que o do PT, novas associações com outros interesses surgiram, a escassez da pesca levou algumas famílias a venderem seus terrenos e casas (o que aliás se deu em pequena escala, sem que houvesse a debandada temida outrora), os conflitos tornaram-se explícitos e a partir de então não haveria mais espaço para dominação de um grupo sobre outro.

Porém, essa reconfiguração das relações de poder local não inviabilizou a comunidade política, social e economicamente. Apareceram novos grupos (permanentes ou efêmeros) cujos discursos outrora eram silenciados ou inviabilizados: um festival de *reggae* aconteceu sem que fosse centralizado por este ou aquele grupo político e/ou familiar, jovens pescadores começaram a manifestar o desejo de reagruparem-se em busca de alternativas à pesca tradicional, que já não correspondia mais a anseios de consumo e a rentabilidade outrora proporcionada pela captura da lagosta. O vereador do PT eleito sucessivamente em 1988, 1992, 1996 e em 2000, foi deslocado, a partir de 2003, para o comando de um órgão ambiental federal^{iv}, o que viabilizou, entre outras questões, a atividade da única embarcação que fiscaliza o mar na Redonda e proximidades, barco esse que foi adquirido pelos próprios pescadores e era mantido em convênio com órgãos públicos. Tanto esse agente político quanto os outros dois vereadores (um do PSDB e um do PT, este irmão do antigo vereador) moram na própria vila, ao alcance direto das vozes de seus eleitores.

A divisão política institucional não arrefeceu o ímpeto comunitário na fiscalização do território local contra a pesca ilegal. A experiência local, por mais ligada que tenha sido ao poder central, fundou aspectos auto-gestionários que não devem ser desconsiderados. Embora viva um momento de certa estagnação e ainda de dificuldade de diálogos entre as diferenças internas, a intensa prática política dos “redondeiros” e “redondeiras” parece apresentar condições para que surjam alianças e um “tipo ideal de projeto de território” (Francisco, 2007) que aponte a novas

perspectivas de convivência entre os dissensos. Isso se superarem o paradigma da relação institucional, no qual

as redes envolvidas nestas lógicas têm ainda uma tendência grande para reproduzir o ‘idêntico’. Isto é, que o ‘antigo’ e o ‘novo’ andam juntos sem grandes estorvos. Quem nem o clientelismo desapareceu nem as redes se tornaram mais transparentes porque ‘localizadas’ [...], nem a velha ‘regulação cruzada’ se evaporou. Ou seja, os atores se apoiam em grande parte, nas convicções e modos de actuar com que se familiarizam (Francisco, 2007: 193).

Na Redonda, a experiência local parece ter fundado as bases para uma “ecologia de produtividade”, que pode levar a

recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações económicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou (Santos e Rodríguez, 2003: 19).

São objetivos atingíveis se os actores coletivos conseguirem romper o paradigma meramente institucional na gestão das relações locais e se os muitos olhares externos sobre a experiência local incidirem fora da lógica da “ortodoxia produtivista capitalista”. Exigindo, contudo, uma reconfiguração do papel de investigadores e tradutores em contextos como o da Redonda, que podem ser abordados dentro da perspectiva da “Sociologia das Ausências” que, segundo Santos,

visa revelar experiências, iniciativas e concepções que tenham sido eficazmente suprimidas enquanto expressão de necessidades ou aspirações emancipatórias pelos instrumentos hegemónicos da globalização. [...] A sociologia das ausências permite identificar as condições que criam a aparente fatalidade da inadequação das lutas contra-hegemónicas locais num mundo globalizado (Santos, 2006: 184).

Posicionar-se favoravelmente por uma busca de autonomia e alianças entre comunidades subalternizadas não deve ser uma postura meramente ontológica e interpretativa. É preciso ação e movimento para não incorrer no erro de se elaborar uma análise vazia ou totalizante. É preciso uma relação de “intensidade e paixão” que resulte numa intervenção ativa em contextos localizados. Cabem algumas indagações: qual seria o papel dos pesquisadores “de fora” inseridos em contextos locais? Como atuar de maneira a elaborar uma tradução adequada que crie “condições para emancipações sociais concretas de grupos sociais concretos num presente cuja injustiça é legitimada com base num maciço desperdício de experiência” (Santos, 2003: 770)?

A tradução por si só não gera a transformação, esta pode também convocar aquela. O estabelecimento de uma diferença diante de determinado poder hegemônico provoca e exige uma tradução adequada, que rompa com o antigo poder dominante e se

expresse pelos novos (e por vezes inesperados) termos que emergem do *subalterno* enquanto um “sujeito autônomo”^v, capaz de reelaborar um discurso coerente. O tradutor extrapola a condição de mero observador se se colocar ao lado do subalterno no entendimento das oposições entre o discurso dominante e o das vozes silenciadas, interpretando *COM* ele, e não *POR* ele um novo território que surge de seus anseios e aspirações, indicando possíveis maneiras de elaboração e de expressão de um discurso próprio. E, sobretudo, frisando a importância do reconhecimento das diferenças, dos dissensos como ponto de partida do consenso (e não o contrário), afirmando: “É preciso livrar-se do mau gosto de querer estar de acordo com muitos” (Nitzsche, 2001: 47).

Entendendo, como Boaventura de Sousa Santos (2003), que ao tradutor cabe um papel ao mesmo tempo intelectual, político e emocional, as reflexões sobre o local, se compartilhadas com os agentes sociais diretamente envolvidos (seja nas escolas, nas reuniões comunitárias e mesmo em encontros informais), podem contribuir para que ocorram mudanças positivas num contexto dinâmico e incerto, numa intervenção ativa, calcada sobretudo na partilha da experiência do objeto de estudo, pois

O intelectual não tem mais que desempenhar o papel daquele que dá conselhos. Cabe àqueles que se batem e se debatem encontrar eles mesmos, o projeto, as táticas, os alvos de que necessitam. O que o intelectual pode fazer é fornecer os instrumentos de análise, e é este hoje, essencialmente, o papel do historiador. Trata-se, com efeito, de ter do presente uma percepção densa, de longo alcance, que permita localizar onde estão os pontos frágeis, onde estão os pontos fortes, a que estão ligados os poderes - segundo uma organização que já tem cento e cinquenta anos - onde eles se implantaram. Em outros termos, fazer um sumário topográfico e geológico da batalha. Eis aí o papel do intelectual. Mas de maneira alguma, dizer: ‘eis o que vocês devem fazer’ (Foucault, 1996:151).

Assim, a tradução pode ser feita de maneira a criar “ininteligibilidade mútua entre as lutas” levando à “mistura, auto-reflexiva e interna, da política da igualdade e da política da diferença no seio dos movimentos, das iniciativas, das campanhas ou das redes. A falta de auto-reflexividade interna é que tem permitido que as teorias da separação prevaleçam sobre as teorias da união” (Santos, 2006: 185).

Em contextos como os da Redonda, a tradução pode ser uma alternativa ao “desperdício de experiência” que tanto desagrega quando enfraquece, localiza e circunscreve os movimentos populares no Brasil.

ⁱ Trabalho a partir da bibliografia apresentada no seminário “Espaços Políticos, Representação e Descentralização no Estado Pós-Colonial”, conduzido pelo Professor Doutor Clemenz Zobel, a quem sou muito grato pelo incentivo às reflexões aqui expostas, as quais *a posteriori* se demonstraram importantes para a tese que elaboro no doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global.

ⁱⁱ “É bem provável que as grandes máquinas do poder sejam acompanhadas de produções ideológicas. (...) Mas, na base, no ponto em que se determinam as redes de poder, o que se forma, não acho que sejam ideologias. É muito menos e, acho eu, muito mais. São instrumentos efetivos de formação e de acúmulo de saber, são métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de investigação e de pesquisa, são aparelhos de verificação. Isto quer dizer que o poder, quando se exerce em seus mecanismos finos, não pode fazê-lo sem a formação, a organização e sem por em circulação um saber, ou melhor, um aparelho de saber que não são acompanhamentos ou edifícios ideológicos” (Foucault 2005: 39-40).

ⁱⁱⁱ Acerca desse episódio ver Muniz, 2010.

^{iv} Raimundo Bonfim Braga, o “Kamundo”, foi nomeado superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no Ceará, sendo afastado em 2009 sob acusação de conceder licenciamentos irregulares a empreendimentos turísticos e de carcinicultura (criação de camarão em cativeiro). As investigações, no âmbito da Polícia Federal, nada comprovaram até Maio de 2010.

^v “Sujeito autônomo não é aquele (pura criação voluntarista) que seria livre de todas as determinações externas, mas aquele que é capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade. Se a noção de sujeito está associada à possibilidade de autonomia, é pela dimensão do imaginário como capacidade de dar-se algo além daquilo que está dado” (Sader, 1986: 56).

Referências bibliográficas:

- Clastres, Pierre (2007), *A Sociedade Contra o Estado*. São Paulo: Editora Cosac Naify
- Foucault, Michel (1996), *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, Michel (2005), “*Em defesa da Sociedade*”. *Cursos no College de France (1975-1976)*. São Paulo: Martin Fontes.
- Francisco, Daniel (2007), “Territórios chamados desejo: da largueza de conceitos a contenção de experiências”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 77, 165-199.
- Lazarus, Neil (2005), “Representation and terror in V.Y. Mudimbe”, *Journal of African Cultural Studies*, vol. 17, nº 1, 81-101.
- Muniz, Túlio (2010), “A longa guerra dos redondeiros”, *Jornal O Povo*, editorial Opinião, Fortaleza, edição de 22 de Maio, p. 6. Disponível em <http://www.acidadeicapui.com.br/2010/05/artigo-longa-guerra-dos-redondeiros.html>, acedido em 28-07-2010.
- Nietzsche, Frederich (2001), *Além do Bem e do Mal. Prelúdio a uma Filosofia do Futuro*. Trad. Paulo Cezar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.

- Sader, Eder (1986), *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo. 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra.
- Santos, Boaventura de Sousa; Rodríguez, César (2003), “Introdução: para ampliar o cânone da produção”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto: Afrontamento, 19-66.
- Santos, Boaventura Sousa (2003), “Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: “um discurso sobre as ciências” resivitado*. Porto: Afrontamento, 735-771.
- Santos, Boaventura Sousa (2006), “NUESTRA AMERICA: Reinventar um paradigma subalterno de reconhecimento e redistribuição”, in Boaventura Sousa Santos (org.), *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento, 179-209.
- Sfez, Lucien (1975), “Preface: Le local en question”, in Lucien Sfez (ed.), *L 'Objet local*. Paris: s.n., 10-18.